EXPERIÊNCIAS DE INTERDISCIPLINARIDADE NA COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO PERICIAL DO MP/GO

RESUMO

O presente trabalho tece considerações a respeito do trabalho do assistente social no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás na sua forma interdisciplinar. A área técnica do MP/GO dispõe de unidades técnicas que agrupam diferentes formações profissionais. Para fins deste trabalho, cita-se aquelas com as quais o serviço social desenvolve atividades de forma mais constante, são elas: a psicologia e a área ambiental.

Palavras-chave: Interdisciplinariedade, serviço social e direitos humanos.

INTRODUÇÃO

O trabalho interdisciplinar no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás, incluindo profissionais de serviço social se dá em três diferentes áreas: no Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH), na Coordenadoria de Apoio à Atuação Extrajudicial (CAEJ) e na Coordenação de Apoio Técnico Pericial (CATEP). O trabalho nesses espaços pode envolver além do serviço social, profissionais da psicologia, engenharia ambiental e medicina.

O presente artigo se deterá em explanar sobre o trabalho interdisciplinar na esfera da Coordenação de Apoio Técnico Pericial - CATEP. Esta, por sua vez, é composta pelas unidades que agrupam diferentes ramos do conhecimento, a saber: contabilidade, engenharia, educação, psicologia, serviço social e ambiental. A unidade de serviço social desenvolve algumas atividades de forma interdisciplinar com as unidades de psicologia, educação, medicina e ambiental, e o presente trabalho se propõe a apresentar algumas dessas experiências.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A interdisciplinariedade tem sido vista como um campo profícuo do trabalho social, a cartilha do CFESS se refere a atuação conjunta do serviço social e da psicologia no âmbito da política de assistência social, a qual toma-se como parâmetro para fundamentar o presente trabalho:

> Embora Serviço Social e Psicologia, principais profissionais hoje inseridos/as no SUAS, possuam acúmulos teórico-políticos diferentes, o diálogo entre essas categorias profissionais aliará reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional. É possível construir, a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social. (CFESS, 2011, p. 28).

A interdisciplinaridade também vem sucintamente pensada no Código de Ética do/a Assistente Social (1993), no Capítulo III, Artigo 10, alínea d) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar (CFESS, 2011).

No viés da argumentação exposta acima, parte-se para a explanação de alguns exemplos práticos da atuação desses profissionais de forma interdisciplinar, a qual possui como objetivo primeiro o assessoramento técnico aos Promotores de Justiça e em sequência o fortalecimento de políticas públicas e defesa de direitos humanos.

2.1 - Projeto SINASE

O projeto SINASE está em andamento e teve início no ano de 2015, tendo por objetivo fortalecer os princípios, diretrizes e direitos previstos na Lei 12.594 de Janeiro de 2012, a qual institui e regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

As propostas do projeto são a realização de uma pesquisa aprofundada, a publicação do trabalho e o uso do material para subsidiar o fomento da política de atendimento, através de reuniões, discussões e elaboração de agendas e providências para

cada unidade de atendimento. Foram analisadas três unidades de internação de um total de oito existentes no Estado e a única unidade de semiliberdade. O trabalho envolveu as unidades técnicas de medicina, de educação, e de forma mais intensa as unidades de de psicologia e de serviço social, contando estas duas últimas com dois profissionais de cada campo do conhecimento.

O projeto SINASE envolveu etapas importantes como, planejamento, elaboração de instrumentais de pesquisa, tabulação e análise dos dados, apresentação dos resultados e atualmente discussões e organização de agendas de compromisos a serem assumidos pela política estadual.

A pesquisa entrevistou quatro coordenações de unidades de atendimento, quatro equipes técnicas, oito agentes de segurança, nove educadores sociais e vinte e três adolescentes. Para cada unidade, foi produzido um relatório composto por uma média de 50 páginas de análise, seguindo os eixos estratégicos que organizam os parâmetros da ação socioeducativa preceituados pelo caderno SINASE.

Os resultados desse trabalho têm corroborado para que aconteçam mudanças importantes na gestão do SINASE no Estado, considerando que o projeto está em desenvolvimento as perspectivas são promissoras.

2.2 - Elaboração de Orientações Técnicas

As unidades de serviço social e psicologia construíram em conjunto materiais de apoio e de orientação para os Promotores de Justiça, os quais assumem um caráter de relevância para subsidiar a atuação profissional de Promotores de Justiça, como por exemplo: Cartilha sobre o PIA, Orientação sobre Família Acolhedora e uma Norma Técnica para fiscalização de Comunidades Terapêuticas.

2.3 - Audiência Pública

Aconteceu também a assessoria interdisciplinar do serviço social e da psicologia em uma audiência pública, demandada por um Promotor de Justiça, sobre o tema Acolhimento Institucional.

Muitas das atuações interdisciplinares partem da pesquisa e conhecimento de normativas que regem os diferentes serviços fiscalizados pelo MP. Esse é um conhecimento imprescindível para a prestação da assessoria técnica, o que somado ao conhecimento específico das áreas envolvidas no trabalho interdisciplinar, permite uma análise e interpretação da realidade de forma mais ampla e construção conjunta do produto, gerando ganhos para a coletividade.

2.4 - Resolução CNMP 67 e 71

As Resoluções CNMP 67 e 71 são operacionalizadas pelo serviço social em conjunto com a psicologia. Através da observação, escuta, análise e discussão de cada caso é construído um documento com a análise e indicações de adequações necessárias.

Outro desdobramento significativo, é a indicação das instituições que merecem urgente intervenção, assim que a dupla percebe essa realidade, a mesma é trazida para a discussão no âmbito do CAO Infância, onde são apontadas estratégias a serem indicadas ao promotor responsável.

2.5 - Casos Individuais

Esporadicamente, estas duas unidades atendem a procedimentos de casos individuais, que podem envolver um indivíduo ou uma instituição. Nestes casos, o procedimento vem com a designação de quais unidades técnicas são importantes para atuação no mesmo, e ocorre uma atuação intedisciplinar.

2.6 - Meio Ambiente

O trabalho do serviço social na área ambiental foi retomado recentemente após um intervalo de alguns anos, devido a alta demanda reprimida na unidade de serviço social na época. O Estudo de Impacto Ambiental elaborado para empreedimentos com grande impacto socioambiental, apresenta uma parte que traz as informações do meio socioeconômico, que estuda o impacto na vida de seres humanos envolvidos. Esse trabalho

de análise se dá de forma articulada e interdisciplinar com os demais técnicos pertencentes a unidade ambiental, especialmente a engenharia ambiental. A discussão conjunta entre esses profissionais permite um entendimento global e a indicação de estratégias importantes para a minimização dos trantornos para a população atingida pelo empreendimento.

A atuação do assistente social no campo do meio ambiente se dá numa perspectiva interdisciplinar, sendo esta uma estratégia indispensável pois:

> "... não há isolamento entre o ecológico e o social; estes se complementam, mas se faz necessário que o assistente social esteja atento para esse novo campo de trabalho sempre voltado para a interdisciplinaridade, uma vez que outros profissionais que trabalham na área podem contribuir com a prática profissional do Serviço Social, de modo que haja reciprocidade, compartilhando termos, significados e experiências em comum. A sua apreensão crítica pode influenciar e modificar práticas conservadoras centradas no estudo das partes e em ações mitigadoras dos impactos ambientais." (SAUER e RIBEIRO, 2012, p. 393).

2.7 – Roteiro SUAS

O Roteiro SUAS teve como objetivo orientar e instrumentalizar os Promotores de Justiça no fomento e fiscalização da implantação e implementação do SUAS. O roteiro foi construído interdisciplinarmente com o serviço social, a psicologia e o direito. Também de forma interinstitucional com as Secretarias Municipais de Assistência Social de Goiânia e Aparecida de Goiânia, a Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado de Goiás e com os Conselhos Municipais e Estadual de Assistência Social. Durante cinco meses estes órgão se reuniram quinzenalmente para discutir e elaborar o material.

Após o término do roteiro, houve um encontro com os Promotores de Justiça onde os mesmos puderam fazer a leitura do documento e discutir detalhadamente com o grupo que o elaborou. Atualmente o roteiro tem servido também para clarear dúvidas sobre o SUAS para orgãos dos Municípios e do Estado, que atuam na área da Assistência Social. Este material encontra-se disponível na página da WEB do MPGO, através do acesso ao CAODH e CAOIJ.

3 – RESULTADOS ALCANÇADOS

O trabalho interdisciplinar no âmbito da CATEP não tem se concretizado sem desafios, pelo contrário, essa trajetória apresenta percalços significativos especialmente no que diz respeito ao relacionamento e respeito entre os sujeitos envolvidos diante da potencialidade de cada um, bem como, quanto às competências específicas próprias das profissões, como elucida Carvalho (2012):

> "...o exercício da interdisciplinaridade é exatamente esse: lidar com a diferença e convertê-la em saldo e não em débito para o profissional, para sua categoria, para sua equipe, para seu usuário e para a política universal de direitos – eixo comum entre todas. Seja em qualquer subárea de atuação – saúde, educação, assistência social, lidar com o conteúdo do outro e respeita-lo como digno de troca faz parte do princípio da interdisciplinaridade."

De modo que, o resultado alcançado tem sido avaliado pela equipe técnica de serviço social, como predominanemente positiva e profícua, considerando que os produtos finais de cada trabalho têm atingido excelentes níveis de qualidade e relevância para a atuação da instituição.

Na elaboração de cada trabalho demandado, estão envolvidos ações em conjunto como reuniões, discussões, planejamento das ações, construção de instrumentais, tabulação das informações, elaboração de produtos finais que podem ser apresentações e em forma de documentos e avaliação do processo. Esses momentos são permeados por contribuições que emergem de cada profissional segundo a bagagem teórica e prática de cada um. Ainda que pese as diferenças pessoais, existe um ponto de concordância entre os profissionais que é a defesa e garantia de direitos, e a esse objetivo convergem os esforços, resultando em produtos profícuos que realmente auxiliam os Promotores de Justiça.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teceu-se de forma breve, amostras de experiências onde a interdisciplinariedade foi interessante para construir um conhecimento com duplo peso de credibilidade, pois, dois ou

até mais, profissionais importantes trabalharam juntos e forneceram subsídios para uma prática na perspectiva da garantia e defesa de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social – Lei 8662/93 de regulamentação da profissão.** 9ª Ed. Câmara brasileira do Livro. São Paulo: 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social; 2011.

CARVALHO, Fabiana A. O serviço social e a interdisciplinaridade *in* Revista Diálogos, Vol. 18, No (2012) http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewArticle/39152

RIBEIRO, Edaléa Maria e SAUER, Mariane. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. In: **Revista eletrônica Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, ago/dez 2012. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12585/8650